



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

ADMINISTRADOR RECONHECE



Coelho Marinho esteve ontem no Parlamento

BPN PAGOU 800 MIL A SCOLARI

● DIANA RAMOS

O ex-administrador do Banco Português de Negócios (BPN) Coelho Marinho admitiu ontem perante a comissão de inquérito parlamentar que o banco pagava um terço do ordenado a Luiz Felipe Scolari quando este esteve à frente da selecção portuguesa de futebol. Recorde-se que Scolari recebia 2,3 milhões de euros por ano, ficando à responsabilidade do BPN cerca de 800 mil euros/ano. Questionado pela deputada socialista Leonor Coutinho sobre as relações entre o BPN e o mundo do futebol, Coelho Marinho afirmou que o banco, então liderado por Oliveira e Costa, assinou um acordo com a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) para a contratação do treinador. “O acordo que se fez para o Scolari vir para cá passou por ficarmos com a a imagem dele.” Em troca, acrescentou, o BPN tinha direito a “bilhetes VIP para oferecer a alguns clientes”, em partidas no País e no estrangeiro. “Pagávamos um terço do vencimento.” ■

Nacionalização do BPN põe em causa empresas da SLN

NEGÓCIO DE NOVAS TECNOLOGIAS e corretagem em risco por excessiva dependência do banco. Fora da área financeira, há vários problemas.

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgps.com

Quatro meses depois da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), são várias as empresas do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) em risco de falência.

Algumas porque a sua actividade dependia quase exclusivamente dos serviços prestados ao banco. Outras porque a saída do banco do universo do grupo compromete também a sua subsistência, por serem empresas há muito fragilizadas financeiramente. O rol de empresas ligadas umbilicalmente ao banco, que estão em dificuldades é já relevante. Dentro da SLN Novas Tecnologias, a Datacomp, a Bizfirst e a Easy Quick são empresas cuja actividade se resume praticamente ao BPN.

Segundo apurou o Diário Económico junto do grupo, rondam entre dez e doze milhões de euros o montante a haver do BPN, entre dívidas e equipamentos solicitados e não pagos ao universo de empresas que fornecem serviços ao banco. Sobretudo por causa da Netpay, sistema de pagamentos paralelo ao que a SIBS presta à restante banca em termos de rede multi-banco. Também, de forma inversa, estas empresas terão dívidas contraídas junto do BPN.

“Desde Novembro que a SLN vinha prestando esses serviços e pagando todas as contas e estava a esgotar-se o ‘cash-flow’”, refere fonte do grupo. Em causa estão, por exemplo, as despesas com a rede de telecomunicações ou o fornecimento de pagamentos. “Está a chegar-se ao limite de se ter de vir a cortar as contas de telecomunicações”

acrescenta a mesma fonte.

Para tentar resolver pelo menos parte do problema, a anterior administração de Miguel Cadilhe, juntamente com a equipa de Francisco Bandeira, estão a negociar há meses a venda da Netpay à SIBS, conforme adiantou no último fim-de-semana o semanário Expresso.

O atraso na decisão do futuro do BPN, a acontecer até ao final de Junho, estará também a impedir a tomada de algumas decisões por parte da equipa de Bandeira.

Certo é que os lucros da ‘holding’ para a área tecnológica, a SLN Novas Tecnologias, que em 2007 foram de 3,25 milhões de euros, resultaram em boa parte do

negócio feito com o BPN. Em causa estão cerca de 500 postos de trabalho.

A excessiva dependência do banco não era, no entanto, exclusiva das novas tecnologias. Conforme avançou na semana passada o Diário Económico, também a sobrevivência da corretora Fincor, que “alicerçava a actividade no apoio ao grupo BPN”, está em risco.

As equipas da SLN e do BPN estarão actualmente a trabalhar para viabilizar a situação das empresas do grupo em dificuldades.

A ameaça de falência não se fica, no entanto, pela área financeira. A empresa de cimentos CNE está em risco de não sobreviver. Na Saúde, e segundo apurou o Diário Económico, também a unidade do British Hospital de Campo de Ourique ameaça não sobreviver, consequência das volumosas dívidas acumuladas. “Ou os credores aceitam a reestruturação” ou a hipótese de falência é elevada.

A anterior administração, liderada por Miguel Cadilhe, defendeu que, com a nacionalização do BPN, o futuro da SLN e a salvação, por exemplo, do sector da Saúde, implicava a venda de quase metade dos activos do grupo. Uma medida que permitiria a indispensável injeção de capital e reestruturação necessária no património a conservar.

No entanto, dois dias depois de a assembleia geral da SLN de Janeiro, que aprovou a venda de um conjunto de activos e a aposta na saúde, parte dos accionistas recuou na vontade de venda, argumentando não ser este um bom momento para vendas, salvo excepções, como os seguros. O ‘site’ que Cadilhe havia criado como “montra” dos activos do grupo foi suspenso desde a chegada de Fernando Lima. ■

Novos gestores na SLN

■ A SLN já cooptou os dois responsáveis que substituem os administradores que saíram recentemente do grupo. Para além de Fernando Lima, que tinha sido já nomeado para novo presidente, António Monteiro de Lemos e Vasco Afonso (para a área financeira) foram já cooptados para completar um mandato que termina apenas em 2011. Com Miguel Cadilhe, tinham renunciado também João Carvalho das Neves e Manuel Meira Fernandes, igualmente da administração. Também Renato Homem, que foi igualmente para o grupo pela mão de Cadilhe, abandonou a SLN Investimentos e a SLN Tecnologias.

DADOS GRUPO SLN

12 milhões

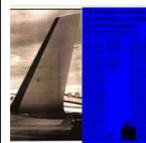
DE DÍVIDAS DO BPN À SOCIEDADE LUSA DE NEGÓCIOS

4 meses

PASSARAM DESDE A NACIONALIZAÇÃO DO BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS



Fernando Lima,
presidente da SLN



Montepio sozinho na corrida à compra da Real Seguros

CANDIDATOS À SEGURADORA da SLN eram inicialmente três, mas dois desistiram.

{ **Maria Ana Barroso**
mabarroso@economicasgps.com

O Montepio Geral é, neste momento, o único dos três candidatos à compra da Real Seguros, seguradora não vida da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que se mantém na corrida, apurou o Diário Económico.

Entre os interessados à compra da seguradora estava ainda o Banif, com quem o grupo terá deixado de negociar, em grande parte porque a SLN não estava interessada na proposta feita por este candidato. Depois de inicialmente ter equacionado a compra da seguradora, o Banif terá decidido propor apenas a compra da carteira da Real Seguros. Na corrida estava ainda uma mútua espanhola, que terá entretanto desistido igualmente de uma aquisição.

Quando a equipa de Miguel Cadilhe deixou a administração da SLN, o preço era a grande questão ainda em negociação. A venda do negócio segurador terá permanecido, mesmo apesar da mudança de administração, uma vontade da SLN. A demora na concretização do negócio terá a ver apenas com a transição para a nova gestão. Isto apesar de os accionistas do grupo terem a intenção de rever boa parte do plano de alienações.

Em cima da mesa no caso do Montepio estará ainda a proposta que a anterior administração da SLN fez aos vários candidatos à Real Seguros.

Conforme o Diário Económico noticiou em Fevereiro, o grupo propôs aos interessados uma venda faseada, através de uma operação de "earn out". Ou seja, uma aquisição parcial, ficando a compra do restante capital de-

A chegada da administração de Fernando Lima trouxe um novo compasso de espera no processo de venda.

A nova equipa terá, no entanto, a intenção de continuar o processo de venda.

pendente do cumprimento de determinados pressupostos.

A descoberta, no final do ano passado, de um conjunto de alegadas irregularidades no BPN, até Novembro detido pela SLN, gerou alguma desconfiança face aos activos do grupo, o que fez a administração avançar com esta proposta. Uma possibilidade que permite igualmente que o candidato à compra tenha acesso à administração e portanto a toda a realidade da empresa a comprar.

Terão sido, de resto, as reticências quanto à avaliação dos activos em venda pela SLN que terão contribuído para o afastamento de alguns dos iniciais interessados à compra da Real Seguros.

Outro factor terá sido a própria nacionalização do BPN que levou consigo a Real Vida Seguros e a possibilidade de o futuro comprador do negócio de seguros da SLN ter acesso a um canal bancário.

A nova administração do BPN e a gestão da SLN chegaram ainda a conversar sobre a hipótese de se tentar manter a venda em bloco das seguradoras de negócio Vida (agora do Estado) e Não Vida (da SLN) mas os interessados na compra rapidamente se mostraram desinteressados na primeira.

A propósito da eventual compra da Real Seguros, a administração do Banif disse recentemente ter, de facto, proposto adquirir apenas a carteira da companhia, mas nunca teve resposta da administração da SLN.

O Diário Económico tentou ter uma posição oficial da nova administração da SLN mas sem sucesso. ■

Tomás Correia,
presidente da Caixa Económica Montepio Geral





COMISSÃO PARLAMENTAR

Inquérito ao BPN pede levantamento do sigilo bancário no início de Abril

A comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) vai avançar com o pedido de levantamento do sigilo bancário e profissional no início de Abril.

SEGUNDO adiantou Maria de Belém Roseira, presidente da comissão, ao "Negócios", o requerimento deve dar entrada no Tribunal da Relação de Lisboa entre o final de Março e o início de Abril, depois de os deputados terem recebido e analisado o parecer jurídico solicitado para fundamentar o pedido dos deputados.



Nuno Piçarra, professor de Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, foi o jurista a quem os deputados pediram um parecer sobre o levantamento do sigilo bancário. Os argu-

mentos do académico visam contrapor os pareceres apresentados pelo Banco de Portugal para justificar o facto de não ter disponibilizado a documentação solicitada pela comissão de in-

quérito.

Além da entidade de supervisão, também o próprio BPN tem alegado o sigilo profissional para rejeitar disponibilizar documentos pedidos pelos deputados. Recusas que levaram o PCP e o CDS-PP a propor o recurso aos tribunais, posição que acabou por colher o apoio do PSD e do PS. Assim, depois de receber o parecer de Nuno Piçarra, a comissão entrará com o requerimento na relação, tornando-se o primeiro inquérito parlamentar a pedir o levantamento do sigilo bancário. |



MP admite que Oliveira Costa poderia estar a planear fuga para o estrangeiro

António Arnaldo Mesquita

Hipótese é colocada pelo procurador Rosário Teixeira para justificar prisão preventiva do ex-banqueiro, titular de uma conta secreta de nove milhões de euros

● O ex-banqueiro José Oliveira Costa poderia estar a planear uma fuga para o estrangeiro e essa foi uma das razões que levaram o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) a recusar o seu pedido para que fosse revogada a situação de prisão preventiva, em que se encontra desde o dia 21 de Novembro.

Nas alegações que apresentou junto do tribunal e que são expressamente referidas no acórdão a que o PÚBLICO teve acesso, além de admitir o possibilidade de fuga, o procurador da República Rosário Teixeira invocou ainda o risco de preservação da prova e de alarme social que a libertação do líder do Banco Português de Negócios (BPN) poderia causar.

A colocação no exterior de meios financeiros avultados, nomeadamente a movimentação de um milhão de euros para uma conta na Suíça e a separação de bens do casal, foram dois exemplos apontados pelo ma-

gistrado do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, que está a investigar as operações virtuais do BPN para o Banco Insular (BI), de Cabo Verde.

Os desembargadores que decidiram manter a prisão preventiva de Oliveira Costa realçam a "gravidade especial" dos crimes por que o ex-banqueiro está indiciado e admitem que os ilícitos de que é suspeito geram intranquilidade nos cidadãos que tenham as suas poupanças em depósitos bancários. "No actual quadro de recessão e crise económica global e, sobretudo, financeira mundial, o caso do BPN não é isolado", acentuam.

Titular de seis por cento do capital do BPN, José Oliveira Costa é o principal arguido do inquérito gerado por uma denúncia do Banco de Portugal, relacionada com operações virtuais entre aquela instituição bancária e o Banco Insular, que era detido por aquele, através de uma sociedade *off-shore*, desde 2001. Nesta entidade, o próprio Oliveira Costa tinha uma conta secreta, com o código "AI", usada para pagar impostos e comprar acções. Na altura em que a situação foi detectada, apresentava um saldo negativo de nove milhões de euros, dos quais 800 mil foram usados para liquidar uma dívida fiscal.

Segundo o acórdão do TRL, o BI te-



Relação aponta gravidade dos crimes de Oliveira e Costa

rá servido "não para gerar riqueza e a recuperação com ganhos de fundos, mas como um verdadeiro emissor de moeda virtual". Era financiado "através da utilização oportunista e oculta dos clientes de fundos" que os depositavam para contas no BPN Caymão.

Este expediente configura o crime de infidelidade, mas os ilícitos mais graves - burla qualificada e branqueamento de capitais - resultam de outras operações. A mais avultada terá gerado um prejuízo de 32 milhões de

euros debitados numa conta no BI para compensar prejuízos de investimentos mal sucedidos.

Através do BI foram concedidos 15 milhões de euros de créditos a sociedade de pessoas próximas da administração do BPN, sem que tivessem sido prestadas quaisquer garantias. O terceiro exemplo relaciona-se com um crédito de um milhão de euros concedido a uma galeria de Aveiro, alegadamente para transaccionar acções de sociedades do grupo BPN.



Banco Privado Português utilizou o Banco Insular para realizar operações financeiras

Cristina Ferreira

Uma das transacções visava um investimento turístico no Brasil, que pertence à Privado Holding, dona do BPP, actualmente parado

● O Banco Privado Português (BPP) manteve relações de negócio com o Banco Insular (BI) através do qual fazia circular transacções associadas a operações que corriam mal e geraram prejuízos. O Insular, que pertence ao Banco Português de Negócios (BPN), era ainda usado como plataforma de transferência de fundos para outras contas noutros países.

Durante quase uma década, o BPN ocultou dos supervisores nacionais - Banco de Portugal, CMVM e Instituto de Seguros de Portugal - a sua ligação ao Insular, que acabava assim por funcionar como uma instituição com actividade paralela. José Oliveira Costa, ex-presidente do grupo SLN/BPN, actualmente detido preventivamente, canalizou para o banco cabo-verdiano negócios ruinosos, crédito malparado, financiamento a empresas do grupo e a clientes não reconhecidos nas contas certificadas. O objectivo era esconder as operações irregulares ou ilícitas das autoridades.

"Houve efectivamente uma relação antiga com o BPP, mas antes de 2001, quando o BI ainda era da Fincor e não



Os dois bancos sob intervenção tiveram relações no passado

tinha sido vendido ao BPN", disse ao PÚBLICO José Mascarenhas, ex-presidente do banco cabo-verdiano. "Depois de o BI ter sido comprado pelo BPN, não me recordo de nenhuma relação de negócio, mas admito que possa ter existido", adiantou Mascarenhas. "Mas, se houve, ela não foi tratada comigo, pois transferências de fundos entre instituições não iam ao conselho de administração".

700 O Banco Privado Português tem necessidades financeiras de 700 milhões de euros para cumprir as suas obrigações

acrescentou. "Não me lembro de alguma vez o BPP ter negociado com o Banco Insular", observou por sua vez José Garcia dos Santos, presidente da Fincor.

Uma das operações do BPP que terão passado pelo Insular foi a associado ao investimento Aquiraz Golf & Beach Villas, planeado para o estado do Ceará, no Brasil, e que beneficiaria de financiamento do Banco Privado Português. Este projecto, que arrancou em 2004, está parado e pertence à Privado Holding, accionista que detém 100 por cento do BPP. Questionado sobre se o negócio passou pelas contas do BI, Mascarenhas voltou a dizer que desconhecia, "embora o nome não me seja estranho."

Mascarenhas e Garcia dos Santos eram os proprietários iniciais da Fincor, construída na década de 1990, e que foi vendida ao BPN em 2001. A Fincor criou em 1998 o Insular. Mas apesar de esta sociedade ter transitado para o universo do BPN, no pacote de venda oficial, o Banco Insular não surge. O grupo liderado por Oliveira Costa apenas comunicou ao BdP ter adquirido a Fincor. Foi neste contexto que Mascarenhas e Garcia dos Santos permaneceram à frente do BI, enquanto a ligação ao BPN não era assumida. Os dois já foram ouvidos pela comissão de inquérito parlamentar à supervisão do BPN.

Contactado pelo PÚBLICO, o porta-voz oficial do BPN, que está sob gestão da CGD, disse que o "banco não comenta relações com clientes". Do mesmo modo, inquirido sobre o mesmo tema, o BPP, que tem à frente da gestão provisória Adão da Fonseca, reagiu dizendo que, "embora a pergunta não seja clara, presumimos que se trata de operações de clientes do BPP". E lembrou que " todos os assuntos que se prendem com contas e operações de clientes estão ao abrigo do sigilo bancário". Sendo assim, "é absolutamente vedado à administração responder a essa questão".

O BPP foi intervencionado pelo BdP em Dezembro, depois de João Rendeiro, o fundador, ter ido solicitar ajuda às autoridades nacionais pelo facto de o banco estar em risco de insolvência.